

Arqueologia Urbana e História Local

Actas do Encontro de Homenagem a Almeida Carvalho

Joaquina Soares (Coord.)

AMRS - Associação de Municípios da Região de Setúbal

MAEDS - Museu de Arqueologia e Etnografia do Distrito de Setúbal

FIDS - Fórum Intermuseus do Distrito de Setúbal

FÓRUM INTERMUSEUS DO DISTRITO DE SETÚBAL

FIDS

ALCÁÇER DO SAL

Museu Municipal de Alcácer do Sal
Câmara Municipal de Alcácer
do Sal

SANTIAGO DO CACÉM

Museu Municipal de Santiago
do Cacém / Câmara Municipal de
Santiago do Cacém

ALCOCHETE

Museu Municipal de Alcochete
Câmara Municipal de Alcochete

AMRS/MAEDS

Associação de Municípios da Região
de Setúbal / Museu de Arqueologia e
Etnografia do Distrito de Setúbal

SEIXAL

Município do Seixal
Ecomuseu Municipal

ALMADA

Museu Municipal de Almada
Câmara Municipal de Almada

MOITA

Departamento de Acção
Sociocultural
Câmara Municipal da Moita

SESIMBRA

Museu Municipal de Sesimbra
Câmara Municipal de Sesimbra

BARREIRO

Serviços Culturais
Câmara Municipal do Barreiro

MONTIJO

Museu Municipal do Montijo
Câmara Municipal do Montijo

SETÚBAL

Museu Municipal de Setúbal
Câmara Municipal de Setúbal

GRÂNDOLA

Serviços Culturais
Câmara Municipal de Grândola

PALMELA

Museu Municipal de Palmela
Câmara Municipal de Palmela

SINES

Museu Municipal de Sines
Câmara Municipal de Sines

NOTA DE ABERTURA

Com a presente publicação, comemorativa do II centenário do nascimento de João Carlos de Almeida Carvalho (1817-1897), abre-se mais uma larga janela sobre a Arqueologia e História da nossa Região.

Almeida Carvalho deixou um extenso legado de Apontamentos sobre a História de Setúbal, hoje no Arquivo Distrital de Setúbal, cujos documentos originais viriam a perder-se no incêndio dos Paços de Concelho, de 1910. A sua preocupação com o registo da memória colectiva da cidade onde nasceu levá-lo-ia também a atravessar o Sado e a procurar sob as dunas de Tróia um Passado mais longínquo, a cidade de filiação romana.

Ser-me-ia impossível nesta breve nota dar uma ideia, mesmo que resumida, da vida e obra do homenageado, que Setúbal e a Região puderam revisitar através de variada e extensa programação cultural planeada e concretizada desde 11 de Março de 2017 a 9 de Março de 2018 e na qual a Associação de Municípios da Região de Setúbal desempenhou um papel relevante através do seu museu.

Congratulamo-nos, pois, pela activa participação do Museu de Arqueologia e Etnografia do Distrito de Setúbal (MAEDS), em parceria com um variado conjunto de organismos públicos como a Câmara Municipal de Setúbal, a União de Freguesias de Setúbal, Junta de Freguesia de S. Sebastião, Arquivo Distrital de Setúbal, e associações culturais como a Liga dos Amigos de Setúbal e Azeitão e a Universidade Sénior de Setúbal.

Actualizar a informação, produzir conhecimento e divulgá-lo é sem dúvida a forma mais nobre de cuidarmos do nosso património, mas também uma via indispensável para a construção do desenvolvimento integrado da nossa Região.

Rui Garcia

(Presidente do Conselho Directivo da Associação
de Municípios da Região de Setúbal)

FICHA TÉCNICA

Edição

Associação de Municípios da Região de Setúbal (AMRS)
Museu de Arqueologia e Etnografia do Distrito de Setúbal
(MAEDS)
Fórum Intermuseus do Distrito de Setúbal (FIDS)

Direcção

Rui Garcia (Presidente do Conselho Directivo da AMRS)

Coordenação Editorial

Joaquina Soares

Conselho Científico

António Nabais
Carlos Marques da Silva
Carlos Tavares da Silva
João Luís Cardoso
Mário Varela Gomes
Victor S. Gonçalves
Vitor Serrão

Conselho Redatorial

Antónia Coelho-Soares
Elsa Afonso
Fátima Afonso
Fernanda Pinho
Fernanda do Vale
João Ventura
Luís Pequito
Lurdes Lopes
Maria Ana Judas
Marisol Ferreira
Michelle Santos
Miguel Correia
Sandra Coelho
Susana Duarte
Vitor Mestre

Secretariado e correspondência

Museu de Arqueologia e Etnografia do Distrito de Setúbal
Avenida Luisa Todi, 162 2900-451 Setúbal (Portugal)
Tel.: +351 265 239 265 / +351 939 553 004
E-mail: maeds@amrs.pt
Site: www.maeds.amrs.pt
Blog: www.maedseventosactividades.blogspot.com
Copyright - Direitos reservados pelos autores e MAEDS.
Interdita a reprodução de imagens.

Capa

“Natureza Morta” (garrafaria do séc. XVIII). Foto de Rosa Nunes.

Execução gráfica

Ana Castela
Paula Covas

Impressão e acabamento

Tipografia Belgráfica

Depósito Legal

450333/18

ISSN

1645-0553

Tiragem

300 exemplares
Disponível online em: <http://maeds.amrs.pt/musa.html>

Setúbal, 2018

EDITORIAL

ARQUEOLOGIA E HISTÓRIA. AINDA O LEITO COMUM?

O presente volume de *Musa: Museus, Arqueologia e Outros Patrimónios* afasta-se formalmente, mas não na temática, do modelo até agora seguido. Nele se publicam as Actas do Encontro sobre *Arqueologia Urbana e História Local* de Homenagem ao Historiador e Arqueólogo João Carlos de Almeida Carvalho (1817-1897).

As actas celebram a memória de uma personalidade relevante, e renovam a aliança entre Arqueologia e História, assumindo, porém, o corte epistemológico com a tradicional subalternidade da primeira disciplina em relação à segunda. Ambos os domínios convivem agora em fraterna paridade.

Como é do conhecimento geral, a Arqueologia científica radicou as suas origens na Geologia, em Portugal no seio da Comissão Geológica, fundada em 1857 e muito particularmente nos trabalhos de Carlos Ribeiro, a quem se devem, na nossa região, a primeira carta geológica e as primeiras escavações na necrópole pré-histórica de hipogeus da Quinta do Anjo.

Carlos Ribeiro assumiu claramente estatura internacional ao liderar a reunião em Lisboa do IX Congresso Internacional de Antropologia e Arqueologia Pré-históricas em 1880.

Porém, sobretudo entre 1930 e o final da década de 1960, a Arqueologia viria a subordinar-se à História. Após a revolução democrática de 25 de Abril/74 e a institucionalização da Arqueologia como domínio autónomo, com licenciatura própria, este campo disciplinar criou alianças estratégicas com as chamadas arqueociências (ciências da natureza, física, química, genética)¹.

Superada a etapa de estagnação historicista, a Arqueologia soube, sem complexos de menoridade, ombrear “fraternalmente” com a História no estudo das sociedades humanas e suas temporalidades. Ultrapassou mesmo a sua

dedicação aos períodos de sua “exclusiva” responsabilidade ou quase (Pré-história, Proto-história e Antiguidade Clássica), para se debruçar sobre as sociedades medievais, modernas e contemporâneas. E perante algum questionamento sobre o interesse da Arqueologia da contemporaneidade, há autores que defendem uma Arqueologia contemporânea de compromisso ético: *Archaeology has a new ethical commitment: to recover evidence of the existence of the victims not just for therapeutic and juridical reasons, but for historical reasons as well. We cannot return them to life, but we can reintegrate them to the time of history from which they were expelled*” (González-Ruibal, 2016, p. 19)²

Recorrendo ao conceito-chave, específico da Arqueologia, de *tempo dos materiais* e à ideia de *heterocronologia*³, indispensável à compreensão da sobremodernidade que habitamos, vão perdendo sentido as fronteiras impostas pelas rígidas comportas que pretendem separar a Arqueologia pré-histórica da histórica ou da contemporânea; o acento tónico coloca-se no pensamento e acção arqueologicamente informados, porque na realidade trabalhamos dentro de um tempo múltiplo, desafiando ou desconstruindo realidades sociais que nos antecederam, complexas e também elas multitemporais.

Semelhante reflexão tem ocorrido na História⁴; o alargamento das suas fontes e temáticas, através de caminhos tradicionalmente pouco pisados, como a imprensa periódica ou os relatos orais de experiências vividas, ficam bem expressos neste volume.

Finalmente, na sua diversidade, a presente publicação homenageia justamente um dos mais ecléticos criadores intelectuais setubalenses de oitocentos, João Carlos d'Almeida Carvalho, cujas obra e actividade cívica continuam, volvidos quase duzentos anos, a inspirar as concepções humanistas dos nossos dias.

Joaquina Soares

(Museu de Arqueologia e Etnografia do Distrito de Setúbal)

1 - Ver a propósito: Martín-Torres, M.; Killick, D. (2015) - Archaeological Theories and Archaeological Sciences. In A. Gardner; M. Lake; U. Sommer (eds.), *The Oxford Handbook of Archaeological Theory*.

2 - González-Ruibal, A. (2016) - Archaeology and the Time of Modernity. *Historical Archaeology* 50(3), p. 144-164.

3 - Leduc, J. (1999) - *Les historiens et le temps*. Paris: Seuil.

4 - Le Goff, J. (2014) - *Faut-il vraiment découper l'histoire en tranches?* Paris: Seuil.

ÍNDICE

Nota de Abertura	03
Rui Garcia	
Editorial	05
Joaquina Soares	
No II Centenário do Nascimento de João Carlos D’Almeida Carvalho (1817-1897)	08
Horácio Pena	
Arqueologia Urbana e História Local	16
Preexistências de Setúbal. Intervenção arqueológica na Rua Arronches Junqueiro, 32-34	17
Carlos Tavares da Silva, Antónia Coelho-Soares, Susana Duarte	
Cerâmicas de paredes finas de <i>Salacia Urbs Imperatoria</i>. Recolhas de prospeção arqueológica	39
Eurico Sepúlveda, Catarina Bolila, Marisol Ferreira	
Fortificação Medieval de Setúbal. Identificação do núcleo defensivo da Ribeira ou “Castelo”	51
Joaquina Soares, Teresa Rita Pereira, Susana Duarte, Carlos Mouro	
Arqueologia urbana e o sismo de 1755. O contexto da Av. Luísa Todi, 170-178, Setúbal	79
Joaquina Soares, Susana Duarte, Carlos Tavares da Silva	
Silos de Francos e Portugueses em Vila Verde dos Francos – Alenquer	101
Guilherme Cardoso, Luísa Batalha	

<p>O mundo numa casa. As importações no Espaço Cidadão (Palmela) João Nunes, Eduardo Porfírio, Michelle Teixeira Santos</p>	<p>115</p>	<p>Atentado a Almeida Carvalho. (31 de agosto de 1855) Albérico Afonso, Carlos Mouro</p>	<p>199</p>
<p>O “Tombo da Câmara de Palmela” (séculos XIV-XIX). Da arqueologia dos documentos à arqueologia a partir dos documentos - um contributo de João Carlos de Almeida Carvalho João Costa</p>	<p>129</p>	<p>Fran Paxeco em Sesimbra João Augusto Aldeia</p>	<p>213</p>
<p>Do cerimonial religioso ao aparato régio: o contributo de Almeida Carvalho para o estudo das celebrações em Setúbal na Época Moderna Maria João Pereira Coutinho</p>	<p>141</p>	<p>A indústria de conservas de peixe em Setúbal durante a Grande Guerra (1914-1918): necessidades externas e ilusões transitórias Diogo Ferreira</p>	<p>219</p>
<p>A Roda dos Enjeitados Rogério Palma Rodrigues</p>	<p>151</p>	<p>Notas sobre a indústria de curtumes setubalense Carlos Mouro</p>	<p>233</p>
<p>Referências literárias em acontecimentos, lendas e tradições da região setubalense, de João Carlos de Almeida Carvalho Fátima Ribeiro de Medeiros</p>	<p>163</p>	<p>Antigas Quintas de Setúbal – Espaços Físicos e Sociais Pedro Fernandes</p>	<p>245</p>
<p>Estado liberal e poder municipal: Almeida Carvalho e a reforma político-administrativa de 1855 Ernesto Castro Leal</p>	<p>179</p>	<p>A Importância da Memória Viva no Estudo da História Local. Uma Proposta para a sua Preservação Pedro Fernandes</p>	<p>253</p>
<p>O feriado municipal e a memória colectiva setubalense Carlos Mouro, Horácio Pena</p>	<p>187</p>	<p>Centenários Bocagianos, momentos de homenagem a um poeta singular (sécs. XIX-XX) António Chitas</p>	<p>261</p>
		<p>“Hoje ninguém trabalha!” – Resistência operária no concelho do Seixal em 1943 Fátima Afonso, Fernanda Ferreira</p>	<p>271</p>

Antigas Quintas de Setúbal – Espaços Físicos e Sociais

Setúbal's Ancient Farms – Physical and Social Spaces

Pedro Fernandes*

RESUMO

A investigação que partiu em busca da história, contextualização e caracterização das antigas quintas de Setúbal e arredores imediatos decorre há já quatro anos. Esta pretende reunir em uma só obra todos os elementos disponíveis acerca destes espaços, preservando a memória dos mesmos e trazendo-os de volta ao imaginário dos setubalenses. O presente artigo pretende constituir-se como um breve balanço acerca de duas vertentes desta vasta temática: a dimensão física dos espaços em estudo (localização; ocupação antiga e actual dos mesmos; património edificado) e as dinâmicas de sociabilidade por estes promovidas (ligações de natureza variada entre proprietários e residentes das diversas quintas; eventos sociais públicos e familiares realizados nestes espaços; ocorrências diversas nas quintas com repercussões para a vida social setubalense). Na breve exploração destas duas dimensões, observaremos igualmente uma série de temáticas anexas ao tema central das *Antigas Quintas de Setúbal*, as quais passam pela apresentação e caracterização de proprietários e ocupantes destes espaços, o declínio dos laranjais e actividades agrícolas em geral e a expansão da área habitacional em Setúbal ao longo dos anos.

Palavras-chave: Setúbal; quintas; História local.

ABSTRACT

The research initiative which set out to explore the history, contextualization and characterization of Setúbal's Ancient Farms has been active for 4 years now. The following article intends to provide a short overview of two particular topics in this vast investigation: the spatial characteristics of the properties (location; current and ancient occupation; buildings and support structures) and the sociability dynamics promoted by these spaces (connections of a diverse nature between owners and residents of several of the farms; private and public social events held at the properties; noteworthy occurrences at the estates with repercussions for Setubal's social life). In this brief exploration of the two aforementioned variants, we will also ponder a series of themes parallel to the central topic of the main investigation, namely the characterization of the owners and assorted occupants of these spaces, the decline of the orange orchards and agricultural activity as well as the expansion of the urban areas over time.

Keywords: Setúbal; farms; local History.

* - pedro_fernandes_sp@hotmail.com

ANTIGAS QUINTAS DE SETÚBAL – ESPAÇOS FÍSICOS E SOCIAIS

Procurar um conhecimento mais aprofundado acerca das antigas quintas de Setúbal e arredores imediatos não é tarefa desprovida de consideráveis desafios. Depois da pedra basilar lançada por Soares & Silva (1985), a temática tem permanecido essencialmente não trabalhada ao longo dos anos e, a informação relativa à mesma encontra-se particularmente dispersa no caso das fontes secundárias e “em bruto” no caso das primárias.

Pensar as antigas quintas de Setúbal e redescobri-las para os setubalenses é um processo que necessita de ser focado em três pontos essenciais: história das propriedades, contextualização geográfica das mesmas e caracterização dos espaços. Adiante, debruçar-nos-emos sobre exemplos aplicados a casos concretos em cada uma destas vertentes, mas sumariamente podemos apontar que, ao procurar evidenciar as antigas quintas de Setúbal, é indispensável estabelecer, para cada caso, uma – mesmo que breve – história da propriedade, não só as suas origens como espaço físico delimitado dos circundantes, mas também a história humana que este albergou, na qual se inserem os percursos de vida dos proprietários, respectivas famílias e círculos sociais; uma contextualização geográfica da quinta em questão, ou seja onde se localizava o quê, tarefa essencial mas desafiante em muitos dos casos devido à extrema mutação da natureza e forma dos espaços ao longo do tempo, o que invalida muitas das referências disponíveis (por exemplo, confrontações com propriedades vizinhas); e, finalmente, uma caracterização da propriedade em si. O que a constituía? Que tipos de edificações se encontravam ou encontram ainda presentes? Qual a vocação dominante da mesma, agrícola ou de lazer? Uma combinação destas três vertentes traduz-se num relevante, embora frequentemente incompleto (por força das circunstâncias) retrato da quinta em questão.

De momento, podemos aplicar este processo de análise a cerca de 170 quintas, a maioria das quais estabelecidas no contexto dos actuais limites da cidade de Setúbal, com algumas dezenas em localizações designadas como

arredores próximos (distâncias não superiores a 2,5km). Cerca de metade destas propriedades são ainda passíveis de visita e registo visual, ou porque se mantêm como espaços agrícolas/de lazer ou porque, mesmo em abandono, a quinta em questão ainda não foi extinta pela pressão da expansão urbana/habitacional.

Contudo, a tendência para o incremento do número de antigas quintas que tombam perante o assalto do betão moderno é inegável e preocupante. Esta mesma tendência, embora não sendo novidade, torna-se cada vez mais prevalente. O equilíbrio da relação custo/benefício cessou de pender a favor das antigas quintas com o declínio dos lucros da produção agrícola, e o crescimento do valor fundiário das mesmas.

Será relevante ponderar de um modo um pouco mais aprofundado a questão do declínio da produção agrícola e, tratando-se de Setúbal, é inescapável uma breve referência à produção da laranja. É curioso notar que já no início do séc. XX se discutia uma série de problemas com os quais a cultura da laranja na região se deparava. Uma apreciação da Direcção Geral de Agricultura em 1911 (p. 41) mencionava que “em virtude da sua decadência”, os “pomares de laranja” se encontravam “bem longe de poderem ser comparados com os antigos laranjaes, que pelo cuidado e esmero do seu tratamento, davam uma produção muitas vezes superior á actual, constituindo um rendimento bem lucrativo a avultada exportação que se fazia d’esse excelente producto (...)”. A. Mendes aponta, em 1916 (p. 208), outro factor de relevo: o descuido nas condições pré-exportação. O autor refere que “A laranja, para resistir, deve ser colhida enxuta. Assim se fazia n’outros tempos. Mas a ganancia surgiu (...) o encaixotamento começou a fazer-se com menos cuidado, a laranja era metida molhada nas suas embalagens. Apodrecia. Chegava aos mercados ingleses em pessimo estado. (...)” Isto, aliado às problemáticas apontadas por J. Cabral (1933, p. 2) inerentes ao excesso de rega e ineficiência de drenagem, causadores do apodrecimento das raízes das laranjeiras e às pragas como a formiga argentina (Cabral, 1933, p. 3), implicaram um corte severo num dos principais lucros para as quintas setubalenses.

Apesar do golpe na produção de laranja ter sido severo, este não foi unicamente responsável pela situação de abandono que acabou por vitimar muitas das grandes propriedades setubalenses; a própria atitude de vários proprietários em relação aos seus domínios agrícolas acabou por selar os destinos dos mesmos. Costa Neves resume a problemática:

A vida, menos complicada e absorvente que a actual, permitia que cada um cultivasse com desvelado carinho as terras que possuía (...) jamais regateando as benfeitorias de que careciam. Os proprietários não duvidavam de que todo o dinheiro e canseiras que se dispensavam às terras seriam (...) retribuídas por elas sob a forma de um maior rendimento.” (...) “[Q]uando os proprietários começaram a afastar-se das suas quintas, desviados por outros interesses materiais ou atraídos por prazeres que a vida no campo não pode proporcionar, começou a exploração a ser entregue a caseiros mais ou menos incompetentes e a rendeiros mais ou menos ambiciosos. (...) Indiferentes, portanto, ao futuro das laranjeiras, compreende-se que caseiros e rendeiros pouco se interessem pela sua cultura. (Costa Neves, 1949, p. 114).

Nos anos 60 do séc. XX surgem, publicamente, preocupações de personalidades não ligadas às realidades agrícolas, em relação ao declínio da produção agrícola nas antigas quintas setubalenses, e ao desaparecimento dos próprios espaços (na sua antiga configuração).

Antigas quintas como o Freixo, Tebaida, Nogueira (etc.) foram transfiguradas não apenas pelas pressões dos loteamentos e construção, mas também com a falta de preparação para o acolhimento aos novos edifícios. A inexistência de arruamentos, esgotos, recolha de lixo e iluminação pública em vários dos novos desenvolvimentos urbanísticos da cidade contribuiu para um rápido degradar das condições de vida nesses locais e para que se instalasse um geral saudosismo pela antiga Setúbal dos laranjais e dos bailes campestres.

Entre a década de 60 do séc. XX e os primeiros anos do séc. XXI, a ocupação habitacional dos antigos espaços agrícolas tem deixado Setúbal com poucos vestígios da configuração que definiu a planta da cidade até meados do século passado, um centro urbano rodeado de

vastos espaços abertos, sub-explorados mas significativos. Frequentemente, da quinta original subsiste apenas o nome adaptado ao novo bairro e, das residências/edificações originais restam apenas registos fotográficos difusos, presenças distantes nos fundos de imagens registadas com outros focos ou em panorâmicas da cidade. Noutros casos, ruínas de edificações habitacionais ou de carácter agrícola ainda permanecem, mas mesmo esse tipo de vestígio desaparece actualmente a um ritmo alarmante. Observe-se o caso da Várzea, onde se dizimou o património edificado rapidamente e sem cerimónia e onde já só resistem a residência da Horta do Quadrado, a residência da Quinta da Restaurada e as ruínas da Quinta do Paraíso.

Ao observarmos imagens providenciadas pelos primeiros levantamentos aéreos de meados do séc. XX, compreendemos quão acentuadamente determinadas porções da geografia de Setúbal se transformaram num período temporal muito curto, frequentemente sem permitir sequer deixar rasto da anterior utilização do espaço. A Quinta da Caiada, por exemplo, deu lugar à urbanização genericamente denominada de Monte Belo Norte e associadas instituições comerciais; as Quintas do Pomar da Cera, Santo António, São José, Saboeira e Albardinha encontram-se enquadradas no Bairro do Liceu; a área urbanizada compreendida entre Avenida da Europa, Avenida dos Ciprestes, Avenida da Guiné Bissau e Avenida Independência das Colónias ocupa o espaço das antigas Quintas do Casal Novo, Tavares e Freixo, assim como Horta do Anjo.

Noutras localizações, ainda é possível encontrar vestígios das antigas quintas; em Aranguez, por exemplo, da vastíssima propriedade que abarcava o espaço entre a Avenida da Portela, Rua da Tebaida, Rua José de Groot Pombo e Rua do Mirante, persiste na actualidade a residência original da propriedade e uma curtíssima parcela de terreno em seu redor; na Quinta Nova, domínio da figura mítica de António José Baptista e palco das mais fartas celebrações privadas em Setúbal, a extensa propriedade, depois de dividida e ocupada em mais de 50% pela antiga fábrica

Barreiros permanece actualmente apenas com a utilização do antigo palacete Baptista por uma instituição governamental; em locais como a Quinta de S. José e Marmelinhos, unicamente vestígios de estruturas de apoio à actividade agrícola subsistem.

O colapso ou demolição de grande parte do património edificado das antigas quintas de Setúbal constitui uma perda inestimável de elementos únicos do passado da cidade; actualmente, ainda existem propriedades com elementos do mais acentuado interesse em termos de preservação, mas que foram votados ao abandono e declínio. A Quinta da Salema de Baixo, por exemplo, encontra-se em estado quase absoluto de ruína; a degradação da Quinta Tomé Dias é cada vez mais preocupante; e a residência da Quinta da Cachofarra, uma obra-prima estilística e repleta de detalhes arquitetónicos preciosos ameaça colapso.

Enquanto desaparecem as edificações físicas, dissolvem-se igualmente na memória dos setubalenses os nomes e realidades das pessoas que deram vida às antigas propriedades. Em determinados campos, Setúbal enfrenta a realidade de ser uma cidade com história sem histórias e tal é certamente a situação na temática das antigas quintas. Não surpreendentemente, além da emoção da redescoberta, ou seja, da georreferenciação dos espaços e obtenção de algum tipo de registo visual para os mesmos, a dimensão humana tem-se afirmado como o grande ponto de interesse da mesma do nosso projecto.

Ao encararmos as antigas quintas de Setúbal como palcos e panos de fundo passíveis de descrição e caracterização, os proprietários e respectivas famílias/círculos sociais surgem como interessantíssimos actores, protagonistas dos diversos acontecimentos ocorridos nas propriedades. Seria intoleravelmente redutor limitar as quintas setubalenses a uma caracterização meramente física e deixar o âmbito social destas por explorar. Neste segundo aspecto, a imprensa local assume um papel de extensíssima relevância pois oferece uma perspectiva directa, um diário social da cidade que, muitas vezes, inclui ocorrências nas antigas quintas, as quais são frequentemente registadas com detalhe e cor (entenda-se,

emoção, estilo, frequentemente humor e familiaridade). Se por um lado a – inerente e muito característica – subjetividade da antiga imprensa local obriga a cuidados adicionais na procura de informação convenientemente fundamentada, por outro, providencia um tipo de registo que em muito contribui para a vivacidade da caracterização dos espaços em causa.

As naturezas das temáticas associadas às propriedades que surgem na imprensa local são bastante variadas. Homicídios, suicídios, aniversários, piqueniques, incêndios, acidentes de natureza variada, acampamentos/campos de férias, curiosidades da vida estudantil, nascimentos e batizados, falecimentos e cortejos fúnebres, angariações de fundos, caçadas, passeios e visitas, serões, assaltos e invasões de propriedade, bailes, patuscadas... Todos estes contextos causaram, em alguma ocasião e em relação a mais que uma propriedade, eco na imprensa setubalense. Variando entre menções de duas ou três linhas a relatos de várias páginas, a informação contida nas folhas de periódicos como *O Setubalense*, *O Elmano* e *A Folha de Setúbal* fonte única de informação. Observemos o relato de um acontecimento essencial em qualquer grande quinta setubalense: o baile campestre nas festas dos Santos Populares:

Na vespera de S. Pedro, assistimos a um baile campestre, que foi indubitavelmente o mais imponente e magestoso, que este anno, se realizou nos suburbios de Setubal. Salve, pois, sr. Joaquim José Correia, que mui honrosamente mereceu os louros da victoria, pela brilhante festa, que ofereceu ao nosso S. Pedro, que ha de abrir-lhe de para a par as portas do céu, recebendo-o com aquella delicadeza e affabilidade com que s. ex.^a recebeu todas as pessoas, que tiveram a dita de entrar no alegre e mimoso recinto que consiste o vasto pateo da sua formosa quinta, aprazível e salutar vivenda, na quadra que vamos atravessando. Era esplendido e sobremaneira pitoresco, ver aquella vasto rectangulo cercado de bancadas repletas de selecta sociedade setubalense sympathica e elegante, onde se tornara muito difficil, se não impossivel, distinguir entre tantas e tão mimosas flores, a, que, pelos seus encantos e bellezas, merecesse preferencia. Entre os dançantes, que desputavam a primasia, notava-se um par, cuja donzela, de cintura breve e flexivel como o vinne, veloz e graciosa como uma borboleta, matisada de veludo cardinal (...), assim como o

esbelto mancebo de rosa na lapella, insigne walsista, bem mereceram as honras do baile. Uma orchestra primorosa enchia o espaço, com essas melodias que arrebatem e incendeiam, não só as almas juvenis, mas também os corações adultos, onde se não extinguiu de todo o calor vital (...). Foi assim que o decano da imprensa setubalense, a quem o peso de meio século e o abalo violento dos temporaes ainda não lograram alquebrar-lhe o animo, entrou em dança, marcando uma «quadrilha» de sessenta pares, que mandou e dirigiu, com tanta «verve» e bom gosto, que a juventude alegre e folgazã, ao terminar de uma «bicha» de graciosas ondulações, aclamou unanime e ferverosamente, com reiteradas palmas, o ilustre ancião (...). Por esta fôrma, terminou aquella brilhante e saudosa reunião, em que, na mais afável e respeitosa convivência e amizade, se passaram horas assás apreciáveis, que deixaram no animo de todos as mais gratas recordações (...). (Silva, in O Districto, 05 de Julho de 1888, p. 2)

O relato transcrito é um bom exemplo de confluência de focos de interesse em fontes desta natureza. Por um lado, apresenta-nos uma descrição na primeira pessoa tremendamente visual e intensa de um marco da vida social deste tipo de propriedade: o baile campestre. As antigas quintas de Setúbal não existiam como unidades isoladas à margem da convivência; frequentemente eram espaços abertos ao público nas mais diversas ocasiões, verdadeiros convites a uma miríade de celebrações nas quais não era requerido que o visitante possuísse conhecimento directo com o proprietário.

Tais relatos são também de interesse pelo volume de informação que apresentam acerca de elementos concretos como proprietários e disposição dos espaços. No artigo de J. Silva é mencionado Joaquim José Correia como proprietário da Quinta em festa e, como tal, sabemos tratar-se de um baile na quinta de Prostes, domínio de Joaquim Correia e do irmão, José Manuel Correia, ambos figuras de relevo na história de Setúbal. J. Silva leva-nos igualmente numa visita ao espaço da Quinta, apresentando-nos uma “aprazível e salutar vivenda” com um “vasto pateo”, ambos elementos recentemente destruídos mas que, na descrição de J. Silva, regressam facilmente à vida na imaginação do leitor. J. Silva fala-nos inclusive da alegria dançante de António Maria de Campos Rodrigues, fundador, Director e redator do

periódico “O Districto”.

Relatos da vida social das antigas quintas de Setúbal, tanto na imprensa local como em fontes secundárias de natureza variada apresentam-nos aliás, frequentemente, nomes sonantes de âmbito local e nacional. Grandes vultos da sociedade setubalense como João Carlos Botelho Moniz, Maria Emília Barradas, José Maria da Rosa Albino, Ana Broughton Gamito, António Rodrigues Manito, Alfredo Leite Miguens, Afonso Henriques O’Neill, Ana de Castro Osório e Arronches Junqueiro possuem ligações directas ou indirectas a diversas propriedades; mas também personalidades de renome a nível nacional como o Francisco Pulido Valente, Gervásio Lobato e António Cândido de Figueiredo mantiveram algum tipo de ligação a quintas setubalenses; mesmo monarcas como D. João VI e D. Maria II conheceram a hospitalidade das mesmas.

Contudo, além do ocasional visitante ilustre ou relato da alegria de um baile de verão, encontramos igualmente as antigas quintas de Setúbal ligadas a eventos que prenderam a imaginação da cidade e que deram origem a longas coberturas por parte da imprensa local, as quais nos ajudam actualmente a traçar perfis dos espaços e proprietários de um modo singular; misturas únicas de facto e opinião, dramas e intrigas, realidades e conjecturas. Um dos mais prolíficos (em termos de material publicado) e mais antigo caso que coloca quintas setubalenses em foco prende-se com a questão da água na cidade. Tópico extremamente problemático nas mais diversas dimensões, a falta de água em Setúbal assegurou a criação de um comércio de venda do bem essencial em pipa; inviabilidade dos poços de cariz público em determinados – longos – períodos significou uma oportunidade lucrativa para várias propriedades. Os acima mencionados irmãos Correia da Quinta de Prostes são figuras centrais deste comércio. Mais tarde, também da Quinta da Parvoíce e da Quinta Nova (entre outras) saíam pipas para matar a sede da cidade.

É precisamente na Quinta Nova de António José Baptista que toma lugar outra ocorrência marcante e que faz tremer os andares cimeiros da estrutura social

setubalense. Mais que as extravagantes celebrações de aniversários repletos de fogo-de-artifício e animação ao ritmo da fanfarra das bandas filarmónicas, a propriedade de António José Baptista ficará persistentemente associada ao mediático “Crime da Quinta Nova”. Na edição de 19 de Agosto de 1905, *O Elmano* (p. 2) noticia um “crime gravíssimo”. Tomé Sobreda, trabalhador da Quinta, assassinara o colega de trabalho, José Augusto. Um homicídio aparentemente sem especiais contornos transforma-se no único tópico relevante de conversa em Setúbal nesse período, reverberando até na imprensa nacional. Em breve todo o clã Baptista se encontra envolvido numa miríade de teorias em redor do crime, culminando na prisão de vários membros da família. Durante o longo período em que o denominado “Crime da Quinta Nova” ocupou as páginas dos jornais setubalenses, apercebemo-nos que a ocorrência não coloca unicamente a família Baptista em foco, o que muito ajuda à sua caracterização, mas oferece-nos igualmente uma descrição do espaço da Quinta em segundo plano aos detalhes do infame homicídio na vacaria da Nova.

Outra morte que colocou uma quinta setubalense no foco da imprensa foi a de Rosália dos Santos Cruz, jovem proprietária da Quinta da Camarinha. O caso parece levantado das páginas de um romance e Rosália torna-se na protagonista trágica de um caso – não totalmente resolvido – que expõe a opinião pública setubalense a um enredo de intriga e traição que indigna a cidade. Afilhada de Eduardo e Maria José Rosa, Rosália Cruz herda a Camarinha da parte da madrinha, então já viúva, tornando-se proprietária do espaço durante 15 breves dias antes de falecer em Novembro de 1934. A jovem adoecera subitamente na Camarinha, mas viria a falecer numa residência, também legada pelos padrinhos, na Praça de Bocage. As circunstâncias suspeitas, aliadas a um verdadeiro saque dos bens da proprietária na Quinta da Camarinha por parte do quinteiro e empregadas da jovem, assim como uma condução questionável de questões financeiras por parte de um tutor com loja de penhores em Setúbal, levaram a que vozes da imprensa local se manifestassem diversas vezes em

relação à ocorrência, oferecendo no processo – como havia sido o caso com o homicídio de José Augusto na Quinta Nova – informações de relevo acerca da Quinta da Camarinha.

Contudo não foram apenas as ocorrências trágicas que centraram a atenção do público setubalense numa determinada quinta. Questões mais mundanas como contendas pelo domínio de uma propriedade também marcaram presença nas páginas da imprensa local como foi o caso da família Vagueiro *versus* Corporação dos Missionários de Maria pelo domínio sobre a Quinta das Palmeiras; também episódios curiosos como o da “Mulher Aparecida” de Miraventos (um badalado “espectro” que motivou várias noites de animada romaria ao local) foram dignos de menção em diversas edições de periódicos setubalenses. E, apesar da diminuição da prevalência destes espaços na vida social da cidade, as antigas quintas de Setúbal ainda marcaram assiduamente presença nas páginas da imprensa local já em finais do séc. XX e inícios do séc. XXI; mencione-se o exemplo das questões associadas ao pós-Revolução dos Cravos, período durante o qual várias propriedades foram visadas em processos de ocupação mais ou menos contestados e a problemática duradoura da ocupação do antigo Convento de S. Francisco (e associada quinta), a qual se arrastou sem resolução ao longo de décadas.

Actualmente, a questão que mais aproxima os setubalenses da memória das antigas quintas será, provavelmente, a ocupação da Várzea. Como anteriormente mencionado, a recente dizimação de um conjunto de elementos edificados de extrema relevância avivou o interesse colectivo por estes espaços e trouxe novamente à imprensa local propriedades como Prostés, Mouca, Restaurada, Azeda e Inveja.

Interesse pelas propriedades implica, naturalmente, interesse pelas personalidades que marcaram a história das mesmas. Como mencionámos ao longo deste breve texto, o elemento humano complementa o interesse no espaço físico e vice-versa. Nesta perspectiva, ao longo do nosso estudo tem-se tornado extremamente tentador evidenciar as ligações sociais e familiares passíveis

de serem estabelecidas entre as diversas propriedades e é por vezes com surpresa que constatamos facilidade em ligar uma dezena ou mais de propriedades a partir de um único denominador comum. Este processo não se tem demonstrado apenas valioso para o estudo em si mesmo, mas igualmente como método de mapeamento de uma temática frequentemente legada para segundo plano no estudo da história local setubalense: a genealogia.

Observemos um exemplo concreto neste campo, a descendência de António Rodrigues de Almeida Menezes, proprietário da Quinta da Glória e da Quinta do Paraíso. António Menezes era pai de Maria Leonor e de Ana Carlota, filhas de um primeiro casamento antes do proprietário se consorciar novamente, desta vez com Maria Leonor Benvinda a qual era acompanhada por uma filha também de um anterior casamento, Maria Eufémia d’Avelar. Atentemos nas três descendentes do casal; Maria Leonor Menezes manteria domínio sobre a Quinta da Glória. Um dos filhos da proprietária viria a casar com uma filha do proprietário da Quinta das Praias; o outro, com a sobrinha-neta do proprietário da Quinta do Baluarte. Já Ana Carlota Menezes tornar-se-ia esposa do proprietário da Quinta do Ferro e mãe do proprietário da Quinta do Freixo, assim como avó de Ana Gamito, esposa do filho do proprietário da Quinta da Cachofarra, o qual era igualmente sobrinho-neto do proprietário da Quinta d’Azeda. Já Maria Eufémia d’Avelar manteria domínio sobre a Quinta do Paraíso após a morte da mãe, vindo a casar com Olímpio Torres, tio do proprietário da Quinta de S. João, o qual era, por sua vez, casado com a proprietária da Quinta da Vargem. Assim, partindo de uma única personalidade e observando algumas gerações de ramos familiares, é-nos possível associar uma dezena de antigas quintas setubalenses.

Outro exemplo deste tipo de conexão entre propriedades é passível de ser observado na família Albino. Uma vez mais, partimos de uma figura central, o abastado comerciante Agostinho Rodrigues Albino, pai de António Maria, Agostinho Maria e Maria Amália Albino. António Maria Albino tornar-se-ia

proprietário das quintas já pertencentes a Agostinho Rodrigues Albino, nomeadamente a Quinta dos Meses e da Nogueira. Agostinho Maria Albino também manteria legado do pai, a Quinta dos Marmelinhos, mas estabelece nova ligação a outra propriedade através do casamento, ao consorciar-se com a sobrinha da proprietária da vizinha Quinta da Saboeira (ou Sabugueira). O casal tem dois filhos, Maria Adelaide e José Maria. A primeira viria a casar com o filho do proprietário da Quinta das Praias, o qual era igualmente neto do proprietário das Quintas do Poço de Negros e Poço de Mouro, assim como cunhado de Afonso Henriques O’Neill, o qual possuía ligação familiar a diversas propriedades (Machadas, Bonecos, Saboaria); o segundo, figura de grande relevo na história de Setúbal, marido de Adelaide Júlia Botelho Moniz, estabelece-se como proprietário da Quinta d’Azeda. Uma das filhas do casal consorcia-se com o proprietário da Quinta do Bom Retiro. Já Maria Amália Albino viria a casar com o muitíssimo bem conhecido Dr. Garcia Peres; o casal possuía a Quinta da Brasileira e a Quinta da Conceição.

Após mais de quatro anos de investigação, as informações que aqui muito sumariamente apresentamos mantêm-se firmemente no campo do superficial e, essencialmente, referencial. Mesmo a quando da conclusão do estudo, não será descabido estimar que a profundidade alcançada pela investigação não seja a ideal, mas sim a possível à data. A extensa dimensão do tema, aliada à igualmente extensa dimensão da própria amostra em estudo – as acima referidas cerca de 170 propriedades – garante que se estabeleçam inúmeras possibilidades de exploração, ainda por concretizar. Contudo, o objectivo essencial da iniciativa não se prende com um esgotar de possibilidades, mas sim com um evidenciar das mesmas.

Embora ainda distante de uma conclusão, o interesse expresso no projecto demonstra que Setúbal tem necessidade de um foco nesta área da sua história, foco que incida não apenas sobre os factos mais elementares como a simples georreferenciação das antigas quintas e uma listagem do que dentro dos limites destas poderíamos encontrar, mas igualmente no elemento humano do

estudo. Alias, o elemento humano continua a ser uma peça fulcral no desenvolvimento da investigação, já que se torna imperativo, sempre que ainda possível, envolver os proprietários neste processo.

Guardiães de uma história frequentemente não registada e indisponível em qualquer outra fonte, a memória dos proprietários das quintas resistentes (permita-se a expressão) é um dos valores imateriais que maistemos perseguido ao longo deste estudo. Além do mais, muitos deles são personalidades motivadas por um contexto desafiante; limitados por condições adversas à exploração agrícola e frequentemente procurando resistir ao assalto da urbanização, vários proprietários buscam, na actualidade, modos diversos de valorizar e preservar os espaços e o património nestes edificado, encarando a própria história das propriedades como um valor não apenas a assegurar por motivos pessoais, mas também como uma mais-valia para o futuro, uma afirmação de identidade única de cada espaço que torne o mesmo significativo não apenas para quem possui uma ligação directa à propriedade, mas também para um público alargado.

Paralelamente à procura deste tipo de registo tem-se aliado, desde o início, um esforço pela captura de elementos visuais. Residências, dependências e estruturas de apoio à actividade agrícola e de lazer constituem um património que, ao longo dos anos, não tem sido convenientemente registado e, como tal, actualmente deparamo-nos com a infeliz situação de não dispor de quaisquer imagens de muitas das propriedades que foram reconfiguradas nas últimas décadas. Enquanto podemos apenas perceber vislumbres de quintas como o Bom Retiro, Centeio, Comediantes e Fonte da Talha em fotografias panorâmicas diversas, propriedades como a Lage de Cima, Meses e Cachofarra ainda

apresentam uma configuração reconhecível e preservável, pelo menos em imagem estática, constituindo ilustrações essenciais para este estudo. Em outros casos como no das Quintas d'Azeda e de Prostres, ainda nos foi possível explorar e registar as estruturas de relevo antes da sua destruição. E, em raras ocasiões, como na Quinta da Arca d'Água e Quinta das Galroas, tivemos a satisfação de registar espaços que, pelo seu extraordinário estado de conservação, ecoam ainda toda a sua antiga glória.

Redescobrir as antigas quintas de Setúbal tem-se mostrado um desafio complexo em múltiplos aspectos, mas igualmente interessante e recompensador. Por vezes desaparecidas, mas não ausentes da memória colectiva, estas propriedades permanecem como marcos de um passado físico e social que necessita de ser evidenciado e preservado.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- Cabral, J. (1933) – Laranjaes de Setubal. *O Setubalense* (12 de Junho). Setúbal, p. 3.
- Costa Neves, H. (1949) – Os laranjais de Setúbal. *Setúbal e os problemas da sua economia: ciclo de conferências promovido pelo Grémio do Comércio de Setúbal*, p. 107-130.
- (1905) – Crime gravíssimo. *O Elmano* (19 de Agosto). Setúbal, p. 2.
- Mendes, A. (1916) – *O Algarve e Setúbal*. Lisboa: Guimarães e Companhia.
- (1911) – Monographia do concelho de Setúbal. *Boletim da Direcção Geral da Agricultura*. Ano 10, Nº1.
- (1934) – Nota do dia. A Rosália. *O Setubalense* (23 de Novembro). Setúbal, p. 4.
- Silva, J. (1888) – Baile campestre. *O Districto* (05 de Julho). Setúbal, p. 2.
- Soares, J.; Silva, C. (1985) – *Quintas de Setúbal: valores culturais*. Setúbal: DEPA-Centro de Estudo e Defesa do Património Histórico do Distrito de Setúbal.